

Sábado

/ Portugal

11-02-2021

Periodicidade: **Semanal**

Classe: **Informação Geral**

Âmbito: **Nacional**

Página(s): **50**

Portugal

JUSTIÇA. CARLOS ALEXANDRE OBRIGADO A ACEITAR RECURSO

BENFICA CONTESTA A SUSPENSÃO DE PROCESSO CONTRA RUI PINTO

O clube diz que o MP não podia suspender o inquérito em que o *hacker* estava indiciado por acesso ilegítimo sem o seu consentimento. Se a Relação concordar, o pirata informático poderá enfrentar uma nova acusação. Por Nuno Tiago Pinto

A presidente do Tribunal da Relação de Lisboa mandou o juiz Carlos Alexandre admitir o recurso do Benfica sobre a suspensão provisória dos processos em que Rui Pinto foi indiciado por acesso ilegítimo a várias entidades. A decisão de Guilhermina Freitas foi tomada em resposta a uma reclamação do clube, apresentada depois de o magistrado não ter sequer admitido o recurso com o argumento de que a suspensão provisória não é recorrível. Ao contrário de Carlos Alexandre, a presidente da Relação de Lisboa considerou que a decisão pode ser impugnada já que o Benfica argumenta que faltou um dos pressupostos legais para que a suspensão provisória do processo pudesse ser decretada: a sua concordância. O caso subiu agora à Relação e se a decisão for favorável às pretensões do clube, Rui Pinto poderá ser acusado de acesso ilegítimo.

A batalha jurídica começou depois de, em julho de 2020, o juiz Carlos Alexandre ter concordado com a proposta do procurador Carlos Casimiro para suspender provisoriamente, durante ano e meio, cinco processos em que Rui Pinto estava indiciado por acesso ilegítimo a várias pessoas e instituições, desde que cumprisse várias injunções como o abster-se de praticar crimes ou estar à disposição da justiça.

Esses inquéritos, reunidos num só, diziam respeito a participações de

intrusão informática apresentadas pelo Centro de Gestão Informática da Rede do Governo (ver caixa), pelo Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos de Justiça, pelo FC Porto e pela ex-procuradora-geral da República, Joana Marques Vidal. Já o quinto processo resultou de uma certidão extraída da queixa do Benfica contra o FC Porto pela divulgação dos *emails* no Porto Canal e investi-

Ataques ao Estado

Rui Pinto esteve na origem de campanhas de pirataria

Num disco apreendido ao *hacker* foram encontrados elementos que o ligam a **três campanhas de spear phishing** realizadas em março de 2017 contra vários organismos do Estado.

Entre os alvos estava o primeiro-ministro, **António Costa**, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, a ministra da Justiça, Francisca Van Dunem e o ex-ministro da defesa, Azeredo Lopes.

Na lista de potenciais vítimas estavam ainda secretários de Estado, **elementos do ministério das Finanças**, do MAI e de vários gabinetes governamentais.

Rui Pinto está em liberdade, numa casa protegida, enquanto é julgado no caso Football Leaks



O juiz

Carlos Alexandre concordou com a suspensão provisória dos processos em que Rui Pinto estava indiciado

OS ADVOGADOS DO CLUBE RECLAMARAM PARA A RELAÇÃO, QUE MANDOU O MAGISTRADO ADMITIR O RECURSO

gava a divulgação no blogue *Mercado de Benfica dos emails* e credenciais dos funcionários do clube. Nos dispositivos apreendidos a Rui Pinto na Hungria, a PJ encontrou o ficheiro Excel compatível com o que foi divulgado no blogue *Mercado de Benfica* – para além das credenciais de acesso ao *site* e imagens só acessíveis a quem o administrava.

Consequências em cadeia

Ao saber da suspensão provisória dos vários inquéritos, incluindo aquele a que lhe dizia respeito, o Benfica recorreu da decisão. O clube argumenta que como era assistente no processo em que a certidão teve origem devia ter mantido esse estatuto no novo inquérito – o que tornava o seu consentimento para a suspensão provisória obrigatório por lei, algo que não aconteceu.

Depois de Carlos Alexandre decidir não admitir o recurso, os advogados do clube reclamaram para a Relação, que mandou o magistrado admiti-lo.

Se a Relação vier a dar razão ao Benfica – e perante a discordância do clube em relação à suspensão provisória do processo –, pode estar em causa não só o inquérito que lhe dizia respeito mas também o desfecho de todos os outros em que Rui Pinto estava indiciado pelo crime de acesso ilegítimo, uma vez que foram reunidos num só processo. Nesse caso, o *hacker* poderá ter de enfrentar uma nova acusação. □